



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
CONSELHO GESTOR DO IPAM

ATA Nº 31/2009

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e nove, às quatorze horas, na sala de reuniões do IPAM, em Reunião Extraordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Gestor do IPAM-SAÚDE: Carlos Alberto Rodrigues Machado, José Marly dos Santos Brando, Eliane Silvestrin Saretta e João Dorlan da Silva, **conselheiros titulares**, juntamente com os conselheiros suplentes, José Carlos Matos e Pedro Vanzin Filho. Foi convidado a participar da reunião o Sr. Osvaldo Cardoso Siqueira, Diretor Administrativo do IPAM-SAÚDE. A reunião iniciou com a entrega das cópias solicitadas pelos Conselheiros Sr. José Carlos e pelo Sr. Pedro, referente o parecer da Procuradoria constante no Processo quatrocentos e oitenta e quatro de dois mil e nove. O Sr. Brando solicitou que conste em ata o recebimento do e-mail enviado pelo Sr. Leno, da Unimed, solicitando se o IPAM já tinha uma posição a respeito do convênio. Após realizou a leitura das atas de números vinte e oito, vinte e nove e trinta. Em seguida as atas foram assinadas. O Sr. Pedro solicitou que fique registrado que irá participar da audiência que será agendada com o Sr. Prefeito Municipal, apesar de ter divergido da decisão irá acatar a decisão da maioria. O Sr. Dorlan respaldou o comentário do Sr. Pedro e, acrescentou que logo após a votação foi externado que acatariam a decisão da maioria. O Sr. Brando mencionou ao longo do período que está dentro do Instituto e até mesmo quando trabalhou na Comissão Paritária existiam algumas coisas que não evoluíam. Cita como exemplo, o primeiro ano da nova Lei, pois tinham informações que nunca chegavam. Com a gestão do Presidente Machado e com a entrada do Sr. Osvaldo, começamos a consolidar informações que antes não tínhamos e o conhecimento profundo de situações. Brando salientou que gostaria, tendo em vista que este Conselho tem um poder de peso dentro do plano de saúde, que a relação do Instituto com os credenciados, não coloque o Presidente do Instituto "emparedado". Demonstrou também preocupação quanto à demanda das solicitações de reajustes dos prestadores de serviço. O Sr. Carlos informou que os médicos estão se articulando em segmentos, por especialidades. O Sr. Osvaldo relatou aos Conselheiros sobre o processo trezentos e oitenta e seis de dois mil e nove, onde os médicos pneumologistas, da Clínica do Pulmão da Criança, entraram com um pedido de reajuste. Enquanto este processo tramitava os profissionais encaminharam um pedido de descredenciamento de forma unilateral. Após enviaram um segundo documento informando que voltavam atrás caso o Instituto aceitasse os valores propostos por eles. O Sr. Osvaldo acrescentou que além do processo mencionado está tramitando outro em função de um abaixo assinado dos professores de Escolas Municipais solicitando que "... esta diretoria reavalie suas decisões e retome as negociações com a Clínica do Pulmão da Criança para que não percamos este serviço". Após análise dos cinco proprietários da referida Clínica foi constatado que entre eles, três são, atualmente, funcionários públicos e uma trabalha na SMEL, local onde foi iniciado o abaixo assinado. Por último o Sr. Osvaldo leu suas sugestões (anexa) constantes no processo trezentos e oitenta e seis, de dois mil e nove. No entendimento da Sra. Eliane a partir do momento que o assunto chegou ao conhecimento do Conselho Gestor devemos encaminhar uma sindicância. O Sr. Carlos comunicou que, a respeito desse assunto, anterior a isso tem um processo administrativo que está tramitando, que trata a questão dos prestadores de serviço que são servidores. Dentro do referido processo existem os pareceres da Procuradoria do Município e da Procuradoria do Instituto argumentando que com base no Estatuto os servidores não podem estarem cadastrados como prestadores de serviço. No entanto o Presidente do IPAM da época foi contra os dois pareceres e mandou arquivar o mesmo. O Sr. Carlos esclareceu que ele reativou este processo que está tramitando e a última informação é de que ele está no Setor de Serviços de Saúde aguardando o retorno de um ofício que foi encaminhado para a Secretaria de Recursos Humanos e Logística para que ela forneça uma relação de todos os servidores da área da saúde para que possamos realizar a confrontação.

VANTZIN FILHO

MACHADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

Ele reforça que se for adotado uma medida ela deverá ser geral. O Sr. Pedro externou que ficou mais tranquilo sabendo da existência dos pareceres, pois já existe pareceres destas Procuradorias que têm uma larga experiência em serviço público, baseadas na Constituição e nas leis maiores. Solicitou que seja providenciado para a próxima reunião cópia dos mesmos. O Sr. José Carlos questionou se a Clínica pode ter convênio com o plano se um dos proprietários for funcionário público. O Sr. Pedro disse que conforme prevê a Lei Orgânica se é sócio-diretor não pode. O Sr. Osvaldo sugeriu que o Instituto comunique a Clínica do reajuste que o plano pode fornecer neste momento e aguardar para ver se eles aceitam. Em sua opinião, devemos ter um procedimento padrão para todos, ou seja, já que neste momento não estamos descredenciando nenhum servidor que está cadastrado como prestador de serviço eles também não serão descredenciados. O Sr. Brando solicitou qual o estudo que temos diante os valores que foram solicitados. O Sr. Osvaldo informou que, hoje, o valor pago para visita hospitalar é de vinte e quatro reais e eles estão pedindo cento e vinte reais. O Sr. Osvaldo propôs os seguintes reajustes: **a)** 11,76% (onze ponto setenta e seis por cento) para a consulta odontológica e para os procedimentos, tendo em vista que os mesmos não recebem aumento desde dois mil e quatro. A consulta de trinta e quatro reais irá para trinta e oito reais; **b)** 7,14% (sete ponto quatorze por cento) para a consulta médica, que passaria de quarenta e dois reais para quarenta e cinco; **c)** 11,76% (onze ponto setenta e seis por cento) para as consultas multidisciplinares, ou seja, passará para trinta e oito reais. Ele comentou que para o plano este reajuste irá representar um aumento de 1,12% (um ponto doze por cento) neste ano e 1,73% (um ponto setenta e três por cento) no ano que vêm. O Sr. Pedro questionou se temos caixa para suportar estes reajustes e se os profissionais têm claro que o Instituto não tem condições de propor um valor maior. Para o Sr. José Carlos alguns profissionais estão se balizando pelos valores cobrados particulares. O Sr. Osvaldo esclareceu que a correção acumulada de setembro de dois mil e cinco até a presente data é de 27,93% (vinte e sete ponto noventa e três por cento), mas o plano não tem condições de repor este percentual. O Sr. Brando questionou se o Sr. Osvaldo acredita que este reajuste resolveria nosso problema com a categoria médica, para que os associados não ficassem sem atendimento, como ocorreu no passado. O Sr. Osvaldo acredita que temos grandes chances de que este percentual seja aprovado tendo em vista que estamos nos antecipando à solicitação deles e propõe que sejam oferecidos estes reajustes para os prestadores de serviço e que o Conselho Gestor trabalhe com eles no sentido de deixar atrelados os próximos ao aumento salarial do funcionalismo municipal, ou seja, se tivermos aumento eles também irão receber. Além de estipular que o mês de setembro será o de negociações. Ressalta que o crescimento da folha é vegetativo, devido aos avanços, às gratificações, etc., e isso é a nossa reserva. Em outras palavras, não podemos contar com estes valores. O Sr. Dorlan sugeriu a criação de uma mesa permanente de negociações e a estabelecimento de pactos. Para o Sr. Osvaldo a grande preocupação do plano é a de manter os pés no chão e reforçou que estamos tentando ser o mais justos possíveis nos reajustes que estão sendo propostos. Em relação à Clínica Pulmão da Criança, é da opinião de que o plano comunique a eles este reajuste que é o que está dentro da realidade financeira do plano e aguarde o posicionamento deles. O Sr. Carlos concorda com a opinião do Sr. Osvaldo e informa que conforme conversa mantida com o Sr. Abelardo, Coordenador Médico do Instituto, que possui um bom relacionamento dentro da categoria, se concedermos este reajuste deixando consignado que iremos voltar à negociação o problema estará resolvido. Menciona que a garantia que os profissionais querem é que daqui a doze meses os valores serão novamente negociados. O Sr. Pedro demonstrou preocupação de que as decisões tomadas dentro do Conselho Gestor sejam desautorizadas pelo Sr. Prefeito Municipal. O seu temor é que a vontade e o bom senso do Sr. Carlos dêem para trás, devido às questões políticas. O Sr. Osvaldo esclareceu aos presentes após este trabalho que está realizando para o reajuste, irá se dedicar ao projeto de lei, que trata do que foi aprovada por este Conselho, da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Acrescentou que está em negociação com o Hospital Pompéia e que após irá negociar com os outros uma tabela bem mais enxuta do que a existente, ou seja, uma nova formação dos convênios com os hospitais. O Sr. Pedro solicitou que conste em ata que já propôs anteriormente que este Conselho sente com um ou dois representantes do governo, para a elaboração de uma pré-minuta visando agilizar as

VAT 2/14

Marcia



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

alterações que se fizerem necessárias na LC duzentos e noventa e oito, de dois mil e sete. O Sr. Osvaldo falou que é importante termos conhecimento e clareza do que teremos que negociar politicamente. O Sr. Brando salientou que: 1º. No que se refere aos dentistas não existe outra opção; 2º. Em relação aos médicos: acredita que devemos negociar com o Dr. Marlonei o valor de quarenta e cinco reais a consulta e, 3º. No que diz respeito às futuras negociações, sempre defendeu que o reajuste seja vinculado ao nosso aumento salarial. A Sra. Eliane questionou como ficará o plano no ano que vem. Para o Sr. Osvaldo o problema não está no ano que vem e sim daqui a três anos devido o ano eleitoral. No entanto se o reajuste salarial ocorrer como no último ano eleitoral isso não será problema, pois o aumento foi antecipado para não prejudicar o funcionalismo. O Sr. José Carlos questionou sobre o sistema de informática. O Sr. Osvaldo esclareceu que hoje, pela manhã, foi realizada uma reunião com o pessoal da Di Uno e que no mês de novembro irão estar em funcionamento os sistemas do Cadastro Único, do Protocolo, do Almoarifado e o de Recursos Humanos. O Sr. Osvaldo citou para os Conselheiros as mudanças que irão ocorrer dentro do setor de odontologia, entre elas: a) a agenda estará sempre aberta, ou seja, a qualquer momento poderá ser acessada inclusive pela internet; b) terá um consultório para a realização de perícia durante todo o dia; c) será criada uma central de esterilização; d) a melhoria na instrumentalização; e) na véspera da consulta um servidor irá ligar para confirmar o horário; f) o atendente irá realizar a atualização dos dados cadastrais do segurado (endereço, telefone) quando os mesmos comparecerem para o atendimento. O Sr. Pedro questionou sobre o desperdício existente na realização de exames dos enquadrados no artigo dezenove, onde pessoas desinformadas estão realizando exames desnecessários ou num prazo inferior ao indicado dentro da literatura. Ele gostaria de saber especificado onde estão sendo gastos os valores do artigo dezenove, por exemplo, "xis" valor é gasto com internação e "xis" valor é gasto com exames. Foi esclarecido pelo Sr. Osvaldo que em agosto foi desmembrado no sistema estes dados que serão alimentados após a alteração, ou seja, daqui a algum tempo teremos condições de termos estas informações. No entanto atualmente não é possível. O Sr. Dorlan ressaltou que houve uma distorção no artigo dezenove porque o mesmo foi criado para beneficiar os titulares e não os dependentes. A Sra. Eliane informou que, hoje, a proporção é de setenta por cento titulares enquadrados para trinta por cento de dependentes. O Sr. Brando lembrou que conforme a sugestão do Sr. Luiz Carlos dos Santos, Procurador do Instituto, a Lei deveria ser alterada para que a partir de determinada data somente sejam inclusos os titulares no referido artigo. O Sr. Dorlan acredita que irá ter um momento oportuno e quando esta mudança ocorrer solicita que se tenha o cuidado que não prejudique o direito adquirido. Ele pediu que, em relação ao processo mencionado anteriormente, o setor de Recursos Humanos da Prefeitura seja oficiado no sentido de receber a denúncia da existência de servidores efetivos estarem cadastrados como prestadores de serviço. Foi solicitado novamente pelo Sr. Pedro que sejam providenciados para a próxima reunião os pareceres já existentes, para após o Conselho tomar alguma medida. Foram colocados em votação os reajustes propostos para os prestadores de serviço e após a aprovação da tabela (anexa) todos os presentes assinaram a mesma. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

MÁRCIA ARAUJO

*ART 21H.*

*[Handwritten signatures]*



MUNICÍPIO DE CAXIAS DO SUL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

	Atual	Valor em CH	Proposta	Reajuste	Valor em CH
Previsão de reajuste					
Valor de CH	R\$ 0,30	0,30	R\$ 0,32	6,67%	
Valor da Consulta Médica	R\$ 42,00	140,00	R\$ 45,00	7,14%	140,63
Valor da Consulta Dentista	R\$ 34,00	113,33	R\$ 38,00	11,76%	118,75
Valor da Consulta Outras	R\$ 34,00	113,33	R\$ 38,00	11,76%	118,75

DESPESA REALIZADA - IPAM SAÚDE					
	2007	2008	REESTIMADO 2009	REESTIMADO REAJUSTADO 2009	ESTIMADO REAJUSTADO 2010
DENTISTAS	486.502	535.151	586.613	612.166	655.626
FISIOTERAPEUTAS	289.862	315.660	338.635	352.706	378.474
FONOAUDILOGOS	103.078	56.542	45.095	47.166	50.400
PSICOLOGOS	615.099	578.141	559.578	584.049	625.411
MÉDICOS	1.566.485	1.639.238	1.844.475	1.894.389	1.976.223
CLÍNICAS	4.610.499	5.262.704	6.527.785	6.715.956	6.994.055
FARMÁCIAS	3.436.749	3.804.591	4.554.986	4.556.986	4.556.986
HOSPITAIS	6.288.667	9.094.740	9.657.538	9.657.538	9.657.538
LABORATÓRIOS	503.905	832.627	984.000	984.000	984.000
RADIOLOGIA	663.646	771.805	910.589	910.589	910.589
REEMBOLSOS	176.755	190.314	173.606	173.606	173.606
JNRS	890.065	858.540	910.981	910.981	910.981
DESPESA C/SAÚDE - CONVÊNIOS	19.631.312	23.940.053	27.095.881	27.400.131	27.873.890
REAJUSTAMENTO ART. 181	(2.562.149)	(1.148.971)	(260.870)	(260.870)	(260.870)
DESPESA C/SAÚDE LÍQUIDAS	17.069.163	22.791.082	26.835.011	27.139.261	27.613.020
SERVIÇOS PRÓPRIOS	908.354	1.033.370	1.233.310	1.233.310	1.233.310
DESPESA C/SAÚDE TOTAL	17.977.517	23.824.452	28.068.321	28.372.571	28.846.330
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	2.742.415	3.587.138	3.673.232	3.673.232	3.673.232
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	20.719.932	27.411.590	31.741.553	32.045.803	32.519.562

	TOTAIS	Percentual
Despesa com saúde – Convênios 2007	R\$ 19.631.312,00	
Despesa com saúde – Convênios 2008	R\$ 23.940.053,00	21,95%
Despesa com saúde – Convênios – Projetado 2009 – Sem reajuste	R\$ 27.095.881,00	13,18%
Despesa com saúde – Convênios – Projetado 2009 – Com reajuste	R\$ 27.400.131,42	1,12%
Despesa com saúde – Convênios – Projetado 2010	R\$ 27.873.890,28	1,73%

Evolução das Consultas Médicas	
Setembro/2004	R\$ 34,00
Junho/2005	R\$ 38,00
Junho/2008	R\$ 42,00

Evolução da CH	
Julho/95	R\$ 0,20
Abril/96	R\$ 0,27
Junho/2004	R\$ 0,30

Tratamentos Multidisciplinares	
Setembro/2004	R\$ 34,00

		Evolução %	Acumulado%
Setembro/2005	R\$ 583,77		
Setembro/2006	R\$ 626,12	7,25%	7,25%
Setembro/2007	R\$ 668,12	6,71%	14,45%
Setembro/2008	R\$ 683,49	2,30%	17,08%
Setembro/2009	R\$ 746,84	9,27%	27,93%

	Último Valor	Percentual	Atualizado
Evolução das Consultas Médicas	R\$ 42,00	9,27%	R\$ 45,89
Evolução da CH	R\$ 0,30	27,93%	R\$ 0,38
Tratamentos Multidisciplinares	R\$ 34,00	27,93%	R\$ 43,50

VAT 12 / H.